CORREIO DE CAMPINAS

POR **RAQUEL VALLI**



Alterações serão votadas em primeira discussão na quarta (11)

Câmara vota alterações nas regras do ITBI, taxa de lixo e multas

A Câmara Municipal vota nesta quarta-feira (11), em primeira análise, três projetos de lei complementar encaminhados pelo Poder Executivo que promovem alterações diretas no sistema tributário municipal. A primeira proposta estabelece um teto de 187,47 metros para a medição da testada de terrenos não edificados na apuração da taxa de coleta de lixo. De acordo com o documento, o objetivo é corrigir distorções no cálculo de áreas extensas. O segundo texto consolida as regras do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), estipulando alíquota de 2,7% sobre o valor praticado no mercado e instituindo o sistema de apuração por homologação, onde o próprio cidadão declara a transação mediante fiscalização posterior. A matéria também insere isenções fiscais relativas a programas de habitação popular.

Cobrança de dívidas

O terceiro projeto da pauta padroniza a incidência de encargos financeiros sobre tributos e obrigações municipais em atraso. Pela nova norma, a multa imposta por inadimplência fica estipulada em 0,33% ao dia, observando o limite máximo de 20% do débito original. A cobrança de juros moratórios passa a acompanhar a variação da taxa Selic, com acréscimo de 1% no mês em que for efetuada a quitação ou a formalização do parcelamento da dívida.

Pedra fundamental do Hospital Metropolitano

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), realiza na próxima quinta-feira (12) a cerimónia oficial de lançamento da pedra fundamental do Hospital Estadual de Campinas, popularmente conhecido como Hospital Metropolitano. O evento contará com a presença do secretário estadual da Saúde, Eleuses Paiva. A solenidade está marcada para as 10h, na Avenida Prefeito Faria Lima, número 680, no Parque Itália, no terreno que foi cedido pela prefeitura para o empreendimento hospitalar.

PAULO GUERETA/GOVERNO DO ESTADO SP



Lançamento será realizado pelo governador de São Paulo

Terreno

O Executivo repassou formalmente a área de 34,8 mil metros quadrados ao património estadual, sem incidência de custos ou pendências financeiras. A gestão do imóvel fica sob responsabilidade direta da pasta da Saúde para o desenvolvimento da infraestrutura de assistência pública. O montante projetado para as intervenções físicas gira em torno de R$ 400 milhões.

PINGA-FOGO

Nada de novo sob o sol

A Câmara Municipal segue expandindo o catálogo de homenagens, com novas propostas de honrarias e concessões a pessoas e instituições de diferentes áreas. A quantidade de títulos, medalhas e diplomas em circulação levanta questionamentos sobre a banalização das distinções concedidas pelo Poder Legislativo.

Festa da melancia

Nesta quarta-feira (11), a Comissão Especial de Honraria analisa 31 projetos = entre os quais duas propostas de criação de novos diplomas. As iniciativas são de autoria do vereador Roberto Alves (Republicanos), entre outros parlamentares. Uma delas cria o Diploma de Mérito Pequenos Talentos, Grandes Exemplos "Amanda Goubetti".

Das inutilidades

A outra institui o Diploma de Mérito Destaque Profissional. Ambas alteram a Resolução nº 1.017, de 28 de agosto de 2024, que estabelece as regras para a concessão de homenagens pela Casa. A relação de propostas inclui reconhecimentos nos campos da arquitetura, cultura, direito, ciência, tecnologia e atividade empresarial.

Revirando no túmulo

Inclui, ainda, área como esporte, beleza, odontologia, gastronomia e educação. As distinções levam nomes de personalidades como Antonio da Costa Santos (o Toninho, do PT, ex-prefeito de Campinas, que foi assassinado em 2001), o compositor Noel Rosa, o empresário José Bonifácio Coutinho Nogueira e o escritor Darcy Ribeiro.

Arroz de festa

A pauta da reunião contempla ainda as medalhas Arautos da Paz, Sagrada Família, Carlos Gomes e Exemplo Digno "General Nelson Santini Júnior". Com 31 matérias submetidas à análise em uma única reunião (31 matérias), a comissão terá uma relação no mínimo frívola de homenagens para apreciar.

Pastel de feira

A multiplicação de categorias e indicações reforça a discussão sobre os critérios adotados para distinguir trajetórias e contribuições relevantes à sociedade, diante do risco de esvaziamento do significado dessas condecorações. A reunião está marcada para as 17h, no Plenarinho da Câmara, com acesso aberto ao público.

PONTE NEWS



Presidente da Associação Atlética Ponte Preta, Luiz Antônio Alves Torrano

Juízas se recusam a julgar ações de presidente da Ponte Preta

Declararam-se suspeitas para julgar duas ações movidas contra conselheiros

Por **Raquel Valli**

Cinco magistradas da Justiça de Campinas se declararam suspeitas para julgar duas ações movidas pelo presidente da Ponte Preta, Luiz Antônio Alves Torrano, contra conselheiros do clube que fizeram críticas públicas à administração dele. Alegaram motivos de foro íntimo, sem apresentar detalhes sobre as razões das decisões. Um juiz se declara suspeito quando há motivos que colocam em dúvida a imparcialidade para julgar o caso de forma justa. A legislação brasileira prevê essa regra para garantir o princípio constitucional do juiz natural e imparcial, prevendo a possibilidade de o magistrado alegar motivos com "amizade íntima ou inimizade capital", "relações financeiras ou de interesse" e "de foro íntimo." O primeiro caso tramita no Juizado Especial Cível de Campinas. A ação passou por três magistradas, mas nenhuma aceitou conduzi-la. Fernanda Franco Bueno Cáceres, da 3ª Vara, foi a primeira a se declarar suspeita. Depois, o processo foi encaminhado a Vanessa Miranda Tavares de Lima, da 7ª Vara, que também recusou o julgamento. O mesmo ocorreu com Maria Raquel Campos Pinto Tilkian Neves, da 6ª Vara. Torrano pede R$ 20 mil por danos morais a um conselheiro que, durante uma discussão sobre a possível criação de uma Sociedade Anônima do Futebol (SAF) pela Ponte Preta, publicou nas redes sociais uma manifestação em que orientava outras pessoas a não votarem com "estes safados". O presidente considerou a declaração ofensiva e direcionada a ele. Após as três recusas, o processo foi encaminhado a uma quarta magistrada, titular da 2ª Vara de Cosmópolis, que deverá analisar o caso. Outro processo semelhante também passou por duas juízas. Thais Migliorança Munhoz, da 1ª Vara do Juizado Especial Cível de Campinas, declarou-se suspeita. Na sequência, Renata Oliva Bernardes de Souza também recusou o julgamento, pelo mesmo motivo.

A situação é diferente nos processos em que Torrano aparece como réu. Até o momento, não houve declarações de suspeição nesses casos. Em uma ação que tramitou na 5ª Vara de Campinas, por exemplo, um pedido de afastamento do presidente do comando da Ponte Preta foi julgado improcedente. Na ocasião, Torrano também mencionou a condição de magistrado aposentado na própria defesa.

O **Correio da Manhã** entrou em contato com o clube e aguarda o posicionamento.